

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

1.^a Sessão Extraordinária do dia 24 de novembro de 2022 - Ata n.^o 17.

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às oito horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Elio Rusch** (na função de 2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **17.^a Sessão Extraordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos nossa Sessão Extraordinária desta quinta-feira. Solicito ao Sr. 2.^º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Elio Rusch – União): (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, n.^o 116, de 23 de novembro de 2022.) Era isso, Sr. Presidente, que continha a Ata.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, o Deputado Lemos foi fazer a inscrição para falar e foi informado que não há Grande Expediente na Sessão Extraordinária? (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, segundo o Regimento Interno, art. 126, parágrafo único: “Os horários de Pequeno Expediente, Grande Expediente e horário de Lideranças não estão previstos regimentalmente”. Agora, o Parlamentar tem o direito de encaminhar as votações.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Sim, sim. Coloco isso, Sr. Presidente, porque tivemos agora uma CCJ e aí teríamos algumas ponderações. Mas, tudo bem, encaminhamos na sequência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Solicito ao Deputado Romanelli que faça a leitura de um expediente que acaba de chegar.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Ofício: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) Senhor Presidente, o Governador do Estado, Carlos Massa, por meio do Ofício n.º 564/2022, encaminha a esta Assembleia para conhecimento o estudo realizado pelo Conselho de Controle das Empresas Estaduais – CCEE que embasou o Projeto de Lei n.º 493/2022. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, os Parlamentares que estiverem em seus gabinetes, por favor, venham a Plenário. Vamos iniciar a Sessão e o quórum está muito baixo.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou

através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Natan Speratico (PP), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (52 Parlamentares).]

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 446/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 77/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 20.743, de 5 de outubro de 2021; a Lei n.º 17.732, de 28 de outubro de 2013; a Lei n.º 17.2606, de 29 de junho de 2012; e a Lei n.º 16.733, de 27 de dezembro de 2010. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário da bancada da Oposição.)**

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 493/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 103/2022, que autoriza a transformação da Companhia Paranaense de Energia – Copel em corporação através da alienação parcial das

ações e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. Regime de urgência. (Manifestações na Galeria.) Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as emendas. Para encaminhar, Deputados Arilson, Tadeu, Professor Lemos e Luciana.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, primeiro quero registrar o voto contrário no primeiro Item votado, da Oposição. Está bem?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Mais uma vez esta Casa é intimada pela população paranaense a defendê-la. Defendê-la da perversidade das garras do Palácio do Iguaçu na sua ganância financeira, na sua irresponsabilidade e falta de sensatez. Hoje é o dia mais triste da história recente do Paraná. O dia em que o “Ratinho Noel” entregou de presente de Natal para a Bovespa a maior Companhia de Energia do Brasil. A Companhia que tem grandes servidores, que tem qualidade na prestação de serviço; a Companhia que vale R\$ 23 bilhões e que dá R\$ 5,1 bilhões de lucro para o Estado do Paraná, dos quais desses 5,1 bilhões, dois voltam em dividendos e são usados para fazer política pública. Morre aqui, hoje, a soberania energética do povo paranaense. Morre aqui, hoje, a identidade de luta de muitas pessoas que deram a sua vida, o sacrifício, o suor e o trabalho para fazer do Paraná referência em produção de energia elétrica e excelência de distribuição e qualidade. Morre aqui, hoje, 89.^a energia mais barata do Brasil. Morre aqui, hoje, o sentimento de felicidade do povo paranaense, enganado por um processo eleitoral, onde o atual Governador, o Governador Junior, que se reelegeu escondendo do povo a perversidade que seu coração guarda. Morre aqui, hoje, a decência de um Governo que não tem coragem de conversar com a população, de encarar as pessoas na rua. Morre aqui, hoje, também, a esperança do povo paranaense. É fato que muita coisa precisa ser discutida no Paraná, mas a primeira coisa que precisa ser discutida é o papel que tem um Governo com a sua população. Uma contradição atrás da outra. Vende a Copel porque precisa do dinheiro, mas é a empresa que mais gera lucro para o

Estado. Está aumentando ICMS porque precisa de dinheiro, mas está criando 590 cargos de confiança para gastar dinheiro! Não tem justificativa, só tem contradição. É um Governo de aparência, um Governo que não tem essência. É um Governo que governa com a mão pesada e com o bolso cheio. Todas as vezes que vem aqui o Governo falar de finanças, diz que o Estado do Paraná é o Estado mais sadio financeiro, mais bem cuidado do Brasil, mas quando vem implementar as medidas, diz que o Estado está com dificuldades financeira. Não conseguiram até hoje, Deputada Mabel, alimentar o Portal da Transparência; não conseguiram até hoje trazer um número fidedigno que dê qualidade nas decisões e nos subsídios para os Deputados aqui presentes fazerem sua votação. É uma contradição a cada dia. Foi um engano, um transe. O povo paranaense foi enganado pela máquina publicitária, pela máquina de *marketing* do Governo do Estado do Paraná. Um Governo que a única obra que fez, quando não foi feita pela Itaipu, foi feita pelas pedagiadoras. E mesmo assim ele conseguiu sucatear do Estado do Paraná. Não cuidou do dinheiro público. E hoje a Copel não é mais nossa. Queria muito olhar para cada um e para cada uma de vocês e falar assim, Sérgio: A Copel é nossa! Não será daqui um pouquinho, mas a partir do ano que vem vamos retomá-la na Justiça, pelo Governo Federal. A nossa luta, a nossa luta não vai acabar hoje. Um mandado de segurança já está impetrado, a ação popular está impetrada, o comunicado à Bolsa de Valores já está colocado. A denúncia ao Ministério Público Federal já foi feita. O convite ao Tribunal de Contas do Estado para participar já foi feito, mas o que estou mais otimista para derrotar essa farsa é trazer a público a tragédia que está sendo feita de negociação com o Itaú, que não foi colocado aqui para o povo. Vamos até o último dia, até 31 de dezembro deste ano, e começando às 5 horas da manhã do dia 1 de janeiro, com o Lula na Presidência, procurar quem fez isso com o povo paranaense. Não vamos admitir que o povo pague a conta irresponsável de um Governador que não sabe cuidar das suas contas. Não vamos admitir isso! O Paraná tem professores com qualidade, que ensinam bem. O Governador tem que sair do Palácio do Iguaçu, sentar na escola e aprender a fazer conta para governar o Estado, para não fazer isso com o povo. Volta para o banco da escola para aprender a verdade, aprender

os números. O Brasil está com problema muito sério. Gente, tem gente fazendo *arminha* na igreja, tem gente rezando no quartel, e tem gente vendendo empresa que dá lucro. Está uma loucura isso tudo! Não dá para entender. Não dá para entender como pode haver um pensamento desses se tratando do povo paranaense. Gostaria muito que esse tema tivesse sido abordado, que ele fosse ao programa eleitoral e, em vez de falar que ia ser um Governo inovador, falasse: *Meu Governo será vendedor. Vou vender a Copel.* Gostaria muito que ele fosse lá e falasse assim, no lugar da propaganda que o meu Governo é transparente, o meu Governo transparente: *Estou é dando cargo de confiança para todo mundo.* Mas ele não fez. Gostaria e muito que ele fosse lá e contasse para o povo a verdade, falasse assim: *Não tive coragem de renovar o pedágio em um preço barato e hoje as rodovias do Paraná está puro buraco, sem sinalização. Não tenho coragem. Não tenho coragem de me pronunciar nos fatos mais importantes da história do Paraná.* Todas as vezes que tivemos crises, ou o Governador viajou ou ele não apareceu no Palácio para dar uma entrevista. Quem sabe a hora que as ações judiciais, a hora que isso tudo tomar um corpo maior, a partir do ano que vem, vamos saber o que pensa o Governo do Estado do Paraná. Os Projetos estão vindo para esta Casa com muita dificuldade de interpretação. Falta número, falta documento, falta transparência, mas falta mais do que tudo isso: falta verdade. A verdade não vem aqui para dentro, está vindo um pacote de mentira, está vindo aqui um pacote de mentira e o povo está sendo enganado. Essa história de que não vai privatizar a Copel é mentira. A Copel, além de ser privatizada, será depredada, sucateada, enfraquecida. A energia vai subir, o investimento vai cair e os direitos trabalhistas serão extirpados. Essa é a conta. Essa é a lógica do Palácio do Iguaçu para a Copel. Coitado do povo paranaense! Coitado do povo paranaense! O Governo do Paraná é tirano com o povo trabalhador e lutador que é o nosso povo paranaense, mas a esperança venceu o medo, o amor venceu o ódio e a verdade vai vencer a mentira no ano que vem. A Copel vai voltar a ser nossa. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e senhores visitantes, senhoras visitantes. O Deputado Arilson já falou muito daquilo que sentimos, mas quero fazer uma reflexão a respeito deste dia e a respeito deste Parlamento. Não deste Parlamento Assembleia Legislativa. Falava com o Deputado Michele da Câmara Federal, do Senado, das Câmaras de Vereadores, das Assembleias Legislativas. Sempre dissemos que este espaço é a Casa do Povo. Isso não é verdade, porque para o povo entrar aqui, o povo tem que estar devidamente adequado, com regras adequadas, o que a maioria do povo não consegue fazer. Não aqui na Assembleia Legislativa, no Parlamento de forma geral. E a pergunta que fazemos e tenho feito bastante e hoje é um dia que me pergunto novamente isso: a quem de fato o Parlamento representa? Se representa a maioria da população, a maioria da população deveria estar sendo ouvida hoje. Não está. Não está sendo ouvida com a Copel. Em regime de urgência, ou seja, 24 ou 48 horas para votar, Deputado Jacovós, como estivemos agora pouco na CCJ e já, na sequência, na Comissão de Finanças. Talvez vocês não saibam, mas há um Projeto de Lei aqui para que transfira três hospitais regionais para grupos privados por 20 anos, renováveis por mais 20. Telêmaco Borba, Ivaiporã. São três hospitais. Por 40 anos esses hospitais serão administrados pela iniciativa privada. Com o objetivo do quê? De lucro. A mesma coisa acontece e ontem tivemos... O Governo comete erros o dia inteiro, o tempo todo, como disse o Deputado Arilson. Vem no pacote Biblioteca Pública que, aliás, o Deputado Marcel falou que será retirado; vem no pacote Colégio Estadual, que será retirado; vem no pacote a confusão feita com os policiais penais, que estão aqui também e que deve ser retirado. Esse processo, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, só nos mostra o seguinte: é preciso que nos organizemos cada vez mais, porque quem de fato está representado no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa, e não me refiro especificamente a uma Assembleia, mas às Assembleias Legislativas e às Câmaras de Vereadores, não é a maioria da população. São as minorias que de alguma forma, organizadas, conseguem eleger os seus representantes. Se não fosse assim, estariámos fazendo hoje um debate público a respeito da venda da maior geradora de energia elétrica, depois

de Itaipu, do Sul do Brasil. Se não fosse assim, Sr.^s Deputados, estaríamos nos perguntando por que, por exemplo, Bancadas que não têm relação com partidos, porque não têm relação com partido, elas passam por vários partidos, tem... Vou dar um exemplo. Por que no Congresso Nacional a Bancada Financeira tem 50% dos Deputados, se não temos 50% de banqueiros no Brasil? Se não temos 60% de agropecuaristas no Brasil, mas tem uma... Não estou colocando com demérito, mas tem o Bloco Agropecuário, que representa praticamente 60% do Congresso Nacional, com as Bancadas religiosas de todas as denominações religiosas, com a Bancada da Indústria. Quem de fato o Parlamento representa? As minorias. Ainda que a população seja a maioria, mas as minorias é que estão representadas. E são as minorias que estão decidindo hoje pela venda da Copel. A minoria que tem relação com o Itaú, a minoria que tem relação com o orçamento, a minoria que tem relações muitas vezes que desconhecemos é que estão fazendo esse movimento. Se não fosse assim... E aí fica a pergunta: por que essas minorias se organizam? Para tomar os Parlamentos porque é aqui que se vota orçamento. E é no orçamento que se diz para onde vão os recursos da maioria. Aí, sim, da maioria da população, Deputado Michele, mas que beneficia uma minoria, que beneficia setores minoritários, que direciona para setores minoritários. Não fosse assim, qual a razão de você vender uma empresa que tem energia barata, que faz programas sociais, que atende a uma gama enorme de paranaenses, mas que ainda assim, sabe-se lá por que razão, Deputada Cristina, precisa ser vendida. Então, quando vejo isso, fico pensando e quero aqui não diminuir a intensidade da crítica que deve ter a todos aqueles que vão votar pela venda da Copel, com toda a relação que tenho e sempre tive de respeitar os mandatos, mas quem vai votar pela venda da Copel deve saber que está votando não com o Governador do Estado, mas contra a população paranaense, porque é isso que está em jogo! Não há meias palavras. Não há meias palavras! Claro que cada um tem as suas razões, claro que cada um tem o Governador e os seus motivos, claro que cada um tem os seus interesses e não estou dizendo que eles não são legítimos, mas têm que saber que em uma votação como esta, onde ninguém, absolutamente ninguém que será atingido está sendo ouvido. Deputado

Tercílio, o senhor que é um professor da universidade, se tivéssemos hoje um debate nas universidades sobre a venda ou não da Copel, se tivéssemos hoje um debate nos hospitais universitários, se tivéssemos um debate feito, Deputado Cobra, na rádio em que o senhor trabalha... Abra a rádio e faça uma enquete perguntando se a Copel deve ou não ser vendida para orientar o seu voto, e o seu voto seria “não”, porque a população não quer vender a Copel! A população não quer vender a Copel. Mas, qual a oportunidade que demos para a população dizer que não quer vender a Copel ou ser convencida, porque sempre fico aberto ao debate, ser convencida de que a Copel deve ser vendida? Qual a oportunidade que demos inclusive para a indústria, que vai pagar uma tarifa muito mais alta, de dizer que ela não quer que a Copel seja vendida? Qual oportunidade, Deputado Estacho, o senhor que foi extremamente bem votado como Deputado Federal, que demos à região de Guarapuava, que o senhor representa, para que a região de Guarapuava diga que quer que a Copel seja vendida ou não quer que seja vendida? Nenhuma. Porque nesta hora nem o Governo, nem Deputados, nem ninguém quer ouvir o que a população quer dizer, mas na hora do voto queremos ouvir, na hora do voto vamos para as ruas, na hora do voto perguntamos: *Como devo me comportar?* E não quero fazer juízo de valor, porque não tenho esse direito, Deputada Cristina, não quero fazer juízo de valor, mas quero fazer uma reflexão: vamos, ainda que isso demore, ainda que isso demore, vamos derrotar aqueles que querem derrotar a Copel. Ainda que isso demore! E por que digo isso? Por que digo isso, Deputada Mara Lima? Porque os nossos mandatos, podemos repetir um, dois, três, cinco, dez mandatos, mas eles são transitórios, eles são transitórios e a população não é transitória, a população é definitiva. A população que nos elege e que não nos elege é definitiva e essa terá a sabedoria, a seu tempo, para analisar o que está acontecendo hoje aqui. E não prego, Deputado Nelson Justus, absolutamente! Acho que devemos fazer pressão. Frei Beto tem uma frase que repeti muito aqui nesses 20 anos, ele diz que “Político é como feijão na panela, só funciona na pressão”. Devemos fazer a pressão legítima, não a pressão de quem tranca rodovias e impede, como aconteceu ontem, felizmente depois superado, Deputado Guerra, de uma criança fazer uma

cirurgia para não perder a visão. E vocês todos viram um pai desesperado pedindo para passar por uma barreira feita com tratores, feita com caminhões, feita sei lá com quem, feita reivindicando-se sei lá o quê, e alguém dizendo para ele que ele não vai passar. E ele conseguiu fazer a cirurgia ontem. Não daquela mãe que chegou aqui no Sudoeste e tentou passar em uma barreira no Sudoeste porque havia morrido o seu pai e perguntaram para ela: *Se ele já morreu, o que você quer fazer lá?* Não das pessoas, como vi aqui uma senhora que me ligou porque estava dentro de um caminhão com dois filhos e o marido há dois dias sem poder sair porque era ameaçada, como foram tantos caminhoneiros, ameaçada de levar tiros, ameaçada de esvaziar pneus. Não é essa pressão a que me refiro, refiro-me à pressão legítima que podemos fazer pelas urnas, pelo voto e pela consciência popular. Porque vamos passar, mas a Copel e a pátria não passarão e derrotaremos os vendilhões, derrotaremos aqueles que hoje vendem o patrimônio público. Pode passar tempo, pode passar tempo e certamente, Sr. Presidente, não... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): ... não estarei aqui, não serei mais Deputado, nem estadual, nem federal e nem nada, o senhor também não será, o senhor já está com uma idade muito parecida com a minha, não será mais Deputado, outros Deputados que estão aqui não serão Deputados, mas a Copel sobreviverá e vocês continuarão na luta, porque a luta de vocês é que nos honra e nos faz estarmos aqui. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas e população do nosso Estado que acompanha a Sessão. Quero mais uma vez cumprimentar todas as lideranças que estão aqui presentes na Assembleia, copelianos, copelianas e demais lideranças. Quero aqui cumprimentar também o Sindarspen, está aqui a Vanderleia, a Presidente do

Sindicato que representa a polícia penal do Estado do Paraná. Estamos observando e nos opondo à destruição do Estado. Esta proposta do chamado Estado mínimo, que você transfere para o mercado tudo, não concordamos. O Governo propôs entregar escolas do Estado para empresas privadas e não está dando certo, inclusive ficou mais caro, ficou muito mais caro. Vejam, o Governo gastou 216 milhões a mais no ano passado porque transferiu para 14 empresários contratar funcionários e colocar nas escolas, jogou 216 milhões a mais fora... Fora, não, jogou no bolso dos empresários, seus parceiros, contrariando o interesse público e prejudicando a educação do nosso Estado. Agora está propondo entregar um primeiro lote de 27 escolas, repassando R\$ 800,00 por aluno por mês para mercadores da educação. Está errado! Agora mandou um Projeto para a Assembleia e quer também entregar para mercadores os presídios, para que eles peguem o dinheiro público e contratem funcionários para pôr para custodiar os presos. Isso é um absurdo! Também mandou um Projeto aqui que vamos votar hoje, o 497/2022, criando 450 cargos comissionados, criando novas Secretarias de Estado, gastando dinheiro público de modo desnecessário. Já Governou por quatro anos sem essas Secretarias, sem esses cargos comissionados. Isso não vai ajudar o Paraná, vai tirar dinheiro dos cofres públicos. Mas, aqui também tem o Projeto n.º 494, que ele mandou para cá e será votado hoje em 1.ª Discussão, que aumenta impostos, para meter a mão no bolso do povo paranaense. E aí, para piorar, para piorar, vender a Copel.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Questão de ordem, Presidente.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Não tem questão de ordem no meio da fala de encaminhamento, Deputado. (Manifestações nas galerias.)

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Questão de ordem, Presidente.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Respeito. Tenha respeito. Tenha respeito. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Questão de ordem, Deputado. Por favor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O Deputado está usando a tribuna não para encaminhar o Projeto, ele está falando de vários assuntos. Hoje é uma Sessão Extraordinária, não pode fazer isso. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Atenção, por favor. Por favor, preciso ouvir... preciso ouvir a questão de ordem do Deputado. Galerias, por favor.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Os fascistas são assim. Fascista não deixa ninguém falar. Esse é o PT, que não deixa ninguém falar. Você acha correto isso, Deputado? Está correto? (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): As galerias, por favor, Deputado. Peço atenção das galerias. Deputado, já entendi. Já entendi. Deputado Professor Lemos, quero fazer um apelo a Vossa Excelência. Por favor, gente! Estamos tratando do Projeto da Copel. Vossa Excelência está fazendo encaminhamento de todos os demais. Então, atenha-se à Copel. É isso.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, questão de ordem. Presidente, questão de ordem. Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Estamos em segunda discussão, por favor, é encaminhamento de mérito. Ele tem a prerrogativa de fazer a conjuntura que ele quiser, Presidente. Ele pode falar do que ele quiser. (Manifestações nas galerias.) Tem sim. Ele está encaminhando o que quiser. O primeiro encaminhamento, Presidente, o primeiro encaminhamento é da constitucionalidade. O segundo é de mérito. O mérito é desenvolvido pelo Parlamentar na análise política que ele ache conveniente, Presidente. *Oh, louco!*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, com o devido respeito a Vossa Excelência, um grande Parlamentar, mas o encaminhamento trata do Projeto da Copel. Vossa Excelência encaminhou dessa forma. Cabe, é da matéria em questão. Então, peço ao Deputado Lemos que fique limitado à Copel neste momento.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Perfeito. Perfeito. Vejam, a venda da Copel, a venda da Copel está no contexto. Deputados e Deputadas, população do Paraná, população do Paraná, a venda da Copel está no contexto da redução do Estado para Estado mínimo, da entrega de tudo para o mercado. O mercado não tem obrigação de cuidar da população. O mercado tem o compromisso de aumentar o lucro dos seus acionistas. O Estado do Paraná criou a Copel há quase 80 anos. Todos os Governos que passaram, mesmo aqueles que tentaram vender a Copel, não conseguiram. Não conseguiram porque a população do Paraná sabe da importância que tem essa empresa para o desenvolvimento do Estado. Sabe da importância que tem essa empresa para o equilíbrio das contas. Não foi uma vez, nem duas, que o Brasil entrou em crise, que o mundo entrou em crise econômica e a Copel, por ter muito lucro, por ter condições, muitas vezes ela fez o adiantamento dos impostos, adiantou recebíveis, para salvar a saúde, a educação, para salvar a segurança pública. Antecipou recebíveis, impostos, que deveria pagar lá na frente, ela antecipou para não deixar fechar universidades, hospitais, para não parar a polícia em momentos de crise. É uma empresa importante. Entregar para o mercado é para aumentar o lucro de quem já é muito rico, de quem não precisa. Essa mentira de que tem que vender a Copel para modernizar não pode ser usada. O Lerner usou essa mentira dizendo que tinha que vender a Copel para modernizar. A Copel é moderna. A Copel é modelo. A Copel dá lucro e não é pouco. Foram cinco bilhões e 100 milhões de lucro no ano passado. Isso significou um aumento de 29% do lucro da Copel de um ano para o outro e continua dando lucro. Outra mentira: tem que vender a Copel porque vai vencer a concessão para operar a Usina de Foz do Areia. Vai vencer a concessão, a Copel pode se candidatar e pode ganhar, mas se ela não quer comprar sozinha, pode se associar e comprar em consórcio, como ela tem consórcio para construir usinas.

Baixo Iguaçu, lá em Capitão Leônidas Marques e Capanema, a Copel se associou para construir aquela usina, tem lá 1/3 da usina, que entrou em funcionamento faz pouco tempo. A Copel pode construir usinas no Paraná e fora do Paraná. Pode entrar no leilão para rematar Foz do Areia se quiser. Agora, usaram essa mentira para convencer paranaenses, que vender a Copel... está errado o Governo. Então, portanto, não concordamos, porque queremos que essa companhia sirva como sempre serviu para desenvolver o nosso Estado, fazendo com que aqueles agricultores e agricultoras, que têm energia mais barata continuem tendo energia mais barata. Aquelas famílias de baixa renda, que precisam de socorro do Estado, tenham, inclusive, os programas sociais, como o *Luz Fraterna*, como famílias que precisam de isenção. Onde precisa ligar energia, a Copel, sendo comandada pelo Estado, vai fazer as ligações necessárias. Então, portanto, é uma companhia necessária, não pode ser entregue para os mercadores que só pensam em lucro, não pensam no povo do Paraná. Por isso, a Copel precisa continuar nas mãos do povo do Paraná. Somos contra a venda da Copel. A Copel não pode ser entregue para o mercado, porque o mercado não tem dó, nem piedade, de ninguém, só visa lucro. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, público que acompanha esta Sessão, com certeza esse é um dia histórico no nosso Estado do Paraná. Um dia que gostaria muito, Deputada Mabel, que não tivesse aqui o fim que imaginamos, que é a privatização da maior empresa estatal que temos no nosso Estado do Paraná. Faço aqui um esforço imensurável para tentar entender o que leva o Governador do Estado do Paraná a privatizar essa nossa maior empresa. O que leva o Governador do Estado do Paraná a encaminhar para esta Casa um pacote de maldades e nesse pacote de maldades está a privatização dessa maior estatal, que atende hoje 5 milhões de unidades consumidoras; que atende 394 municípios no nosso Estado do Paraná. Mais do que isso, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, gostaria muito de pedir, de pedir

realmente o voto de vocês contrário a esse Projeto. Contrário e a tempo de salvarmos a nossa Copel. Neste momento a Copel está em nossas mãos, está nas mãos de cada Deputado que aqui vai votar. (Manifestações nas galerias.) A decisão depende muito de nós. A decisão de salvar esse patrimônio do Estado do Paraná está nas nossas mãos, Deputados. Temos responsabilidade. Se o Governo Ratinho não está tendo, temos a responsabilidade de salvar esse patrimônio do Estado do Paraná. E está aqui, sim! Temos essa oportunidade de entrarmos, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, para a história do Paraná, de quem salvou o maior patrimônio estatal. E, não ao contrário, de quem votou pelo fim dessa grande empresa, que hoje, hoje atende, Deputada Mabel, cerca de 336 mil famílias com a tarifa solidária. O que será dessas, Sr.^s Deputados? Já pensaram nisso? Essas famílias que têm baixa renda, essas famílias que não conseguem pagar a tarifa completa como é cobrada de todos que têm um pouco mais de condições? Mas essas famílias estão sendo atendidas pela tarifa social da nossa Copel, assim como temos também cerca de 236 famílias que estão na tarifa solidária da água, na tarifa da água solidária pela Sanepar. Mas estamos hoje discutindo a Copel, estamos hoje discutindo a privatização dessa empresa, com outro pacote de maldade que temos aqui, que esse Governo, incompetente, incompetente, está privatizando tudo aqui no nosso Estado do Paraná, não consegue governar o nosso Estado. Ele está simplesmente, Sr.^s Deputados, está simplesmente aí para gerenciar o orçamento do Estado do Paraná, porque quer privatizar a saúde, porque quer privatizar a educação do nosso Estado, privatizar os presídios, privatizar as nossas estatais. Não podemos concordar com isso, Sr.^s Deputados, e não foi para isso que fomos eleitos, para simplesmente também dizer, sim, a um Governo que só sabe realmente gerenciar o orçamento que aí está. Temos a nossa responsabilidade. Se o Governo não quer ouvir o povo do Paraná, nós podemos ouvir, e estamos ouvindo, estamos ouvindo o que pensa o povo do Paraná, e sabemos que muita gente gostaria de estar aqui, mas não pode porque não está sendo possível a entrada do nosso povo, das pessoas, do povo paranaense, de entrar aqui e de poder aqui se manifestar. O que gostaríamos, Sr.^s Deputados, votar, e quero aqui pedir com muito carinho, vamos votar contra esses

Projetos. Não vamos vender essa estatal. Não vamos vender a Copel, aliás, entregar de graça a Copel, porque em um ano o Governo sabe que tira esse recurso, sabe que a Copel é rentável, sabe que a Copel dá lucro, e ele sabe que em um ano, Mabel, praticamente um ano, ele tem esse recurso. Então, não nos convence de que precisa vender a Copel, não nos convence de que ela precisa ser privatizada. Senhores e Sr.^{as} Deputadas, é lamentável, quando vi aqui, em 2001, um Projeto semelhante a esse, não esperava que pudesse passar por isso novamente, Deputado Turini, não imaginava, não imaginava que teríamos um Governador que iria encaminhar novamente a privatização dessa empresa, que tem uma história muito linda no nosso Estado do Paraná. Deputado Requião, queria muito que seu pai fosse o nosso Governador. Queria muito que tivesse sido eleito, porque tenho certeza de que isso não estaria acontecendo, tenho certeza de que não estaríamos discutindo esse Projeto, debatendo, porque ele sempre foi um estadista, porque sempre foi um grande defensor das nossas empresas paranaenses. Agora, é lamentável, é lamentável que o povo do Paraná confiou nesse Governo que aí está, mas infelizmente traiu o povo do Paraná. Senhores Deputados, não precisamos aqui dizer, sim, e concordar com a traição que esse Governo vem fazendo, não só com relação à Copel, mas com todo esse outro pacote de privatização da nossa educação, da nossa saúde, dos presídios, “não” ao aumento do ICMS, não podemos, não temos obrigação de concordar com isso. Mas temos, sim, Sr.^s Deputados, a responsabilidade de pensar no povo do Paraná. Temos, sim, a responsabilidade de pensar naquelas famílias que não estão aqui votando neste momento, mas que são beneficiadas pela tarifa social. Aqui estamos representando essas famílias, recebemos votos do povo paranaense, e recebemos voto para aqui defender o povo paranaense, e o que estamos votando hoje, quem vota a favor da venda da nossa Copel, está votando pelo fim da tarifa social. Então, não está votando e não está preocupado com o que vai acontecer com essas famílias. Queremos, sim, votar com consciência, e gostaria muito, queria pedir com muito carinho a todos os Sr.^s Deputados e Deputadas, que nesse momento que vamos votar esse Projeto, que possamos olhar lá fora, no nosso povo que está lá fora, naquelas famílias que hoje precisam

da tarifa social, que possamos pensar que temos a responsabilidade aqui e que vamos autorizar a venda da maior estatal. Não vamos deixar que entremos para o livro da história do Paraná como vendedores da maior estatal paranaense. Há tempo de reverter isso, há tempo de dizer “não” a esse Projeto e, sim, a Copel é nossa. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Dizem que não batemos nos cachorros, que batemos no dono. O dono dos cachorros, nesta situação, é o tal do Juninho, que coloca a venda a Copel. O canil, o canil deixo aos senhores. Para bom entender, basta! Pavlov, Pavlov treinou cachorros com choques e biscoitos. Tocava a campainha e os cachorros salivavam, esperando o seu biscoito e a sua comidinha, o seu mimo. Toca a campainha do Palácio do Iguaçu, a cachorrada abana o rabo. Vão entregar. Vão entregar a Copel em troca de que, minha amiga Mabel? Qual é o tamanho do biscoitinho? Quantos DASs? Quantas promessas de ajuda com processos no TJ? Quantas caixas de vinhos bem recheadas? Quantas indicações de chefe de núcleo de educação? Quanto custa para os Sr.^s Deputados a Copel e o futuro do Paraná? Concordo, Luciana Rafagnin, com suas palavras, mas discordo em um ponto fulcral, não vão entrar para a história, Luciana, porque são e serão insignificantes. Poderão, poderão ter um, dois, três, quatro, cinco, seis, dez mandatos de Deputados, e o dia que perderem a cadeira nesta Casa, Deputado Evandro, não servirão nem para nome de praça ou rua. O nome dos vendilhões, o nome daqueles que não sabem para que serve a espinha, Deputada Cristina, que Deus fez o homem com espinha para andar reto e de cabeça erguida, o nome daqueles que não sabem para que serve a espinha, será relegado a uma nota de rodapé no livro da história. Quando nos livros estiver escrito: Venderam a Copel, desonraram o nome político de suas famílias, se entregaram por um DAS-1, 2, 3, 4 ou 5, estarão, o nome dos senhores, no rodapé da história, porque o dono dos cachorros estará como responsável da venda da Copel, Ratinho Junior. Os Deputados que não conseguiram se reeleger, os

senhores já foram esquecidos pela história, podem, um dia ou outro, voltar à política, mas descobriram que perderam as suas cadeiras por falta de posição e falta de ideologia. Entrei, eu, na política aos 35 anos de idade por acreditar que o jogo podia ser diferente, que o jogo deve ser diferente. Mas não posso cobrar de um menino de 23 anos que ganhou o cargo de um pai com um cargo importante no Tribunal de Contas que ele tenha coragem, hombridade, coerência e idoneidade. Entram na política por vaidade, Deputado Romanelli. Entram na política por interesses financeiros de grupos familiares ou financiadores de campanha. Entram na política corrompendo e prostituindo aquilo que deveria ser o mais sagrado. Porque, segundo o Papa Francisco, Deputado Evandro, a política é a mais alta e mais nobre forma de caridade, porque a política é o amor. A política é a solidariedade. A política é cuidar dos outros, não cuidar de si. Quando um Parlamentar dobra a espinha em troca de um cargo, com medo da demissão de um cabo eleitoral, ele corrompe e prostitui a política. Esta Casa caminha hoje, com este Plenário, para a insignificância histórica de um Parlamento. Ulisses Guimarães dizia: "Se não gosta do Parlamento de hoje, espere o de amanhã". No meu primeiro mandato, achei esta Casa fraca. No meu segundo mandato, vejo esta Casa insignificante politicamente para o Paraná. E vocês verão em entrevistas Paraná afora, *mas eu sou um Deputado municipalista, tenho que trazer benefícios para os meus municípios*. De que merda adianta um trator, se vocês estão tirando dos agricultores a energia barata? De que adianta uma ambulância, se, na sequência deste Projeto, vamos vão entregar a saúde do Paraná para a privatização e tirarão dos paranaenses o direito e o acesso à saúde gratuita e de qualidade? De que adianta um diploma de Deputado Estadual, se vocês se elegeram para negociar cargos no Governo? Desculpem-me a indignação, mas, por vezes, ela é santa. Se vocês acreditam na venda da Copel e nos seus benefícios, por que nenhum dos senhores subiu àquela tribuna para defender este absurdo? (Manifestações nas galerias.) Não tem um argumento válido sequer! Não tem um argumento válido sequer, a não ser a campainha do Palácio tocou e eu, como bom pavloviano, obedeço. Desculpem-me, mas hoje e ontem esta Assembleia e a posição de cada um dos Sr.^s Deputados da Base me envergonha.

Quando foram vender a Copel em 2001, fizeram um levantamento e 90% do Estado do Paraná era contrário. E, mesmo assim, esta Casa se dobrou e votou a favor da privatização. Mais uma vez a história se repete, não como comédia, mas como farsa e como tragédia. Vocês envergonham o Estado do Paraná. Vocês envergonham hoje como Parlamento o nosso Estado. Se acreditam na venda da Copel, subam àquela tribuna e expliquem um por um os seus votos. Desafio-os a subir lá e explicar por que estão votando. Estão dilapidando o patrimônio do Estado do Paraná. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, Sr.^s Deputados. Senhores Deputados, vamos seguir a Sessão. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvada as emendas. Senhores Deputados, vamos submeter ao voto o Projeto. Como encaminham o voto os Líderes? (Manifestações nas galerias.) Peço, por favor, às galerias.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”, “não” à venda da Copel.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana e Nelson Justus. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (35 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos,

Requião Filho, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (13 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Goura, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Nereu Moura e Soldado Adriano José (6 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e 13 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 493/2022. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Nelson Justus.)

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Está vendida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD):

Requerimento n.º 3562/2022, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando votação uma a uma das Emendas apostas ao Projeto de Lei n.º 493/2022. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “não”. Voto “não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, por favor. Galeria, o Deputado Arilson precisa encaminhar, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pessoal, dá um minutinho. Um minutinho. Obrigado. Presidente, esse requerimento pede para que seja votado emenda por emenda. Tem emendas aqui que são positivas para o Projeto. Se votarmos em bloco como está orientando o Líder do Governo, que é seu direito orientar, não vamos ter a qualidade necessária das emendas aprovadas. Por isso, esse requerimento. É voto “sim” ao requerimento. A Oposição pede.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Vamos à votação.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço voto “não”. Vamos votar “não”, Base.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Nelson Justus, *pela ordem.*

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Quero registrar o meu voto “sim” na votação anterior.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado, Deputado Nelson. Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico e Nelson Justus.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Questão de ordem, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Temos na pauta o veto de n.º 12/22. De acordo com o art. 248, §4.º: “Esgotado, sem deliberação, o prazo de apreciação, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final.” Ou seja, sem apreciação do veto, está suspensa a Sessão. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, por favor. Questão de ordem, Deputado Arilson. Esta Presidência infelizmente não tem como pautar o veto porque ele ainda se encontra na CCJ. Portanto, não tenho como... Sim senhor, a informação que tenho da assessoria é que o veto encontra-se na CCJ.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, *pela ordem. Pela ordem,* Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados! *Pela ordem*, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Com toda a consideração, mas se ele está na CCJ ou não, ele está na Casa, foi recebido pela Casa. Se transcorrido o prazo e não for votado... Já tivemos esse problema alguns anos atrás.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência tem a prerrogativa da pauta, portanto chamo nossa assessoria que traga o veto para submeter à aprovação.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Mas ele não passou pela CCJ, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O veto, vamos submeter à apreciação já na CCJ.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): A CCJ vai se reunir em Plenário?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A CCJ pode se manifestar aqui em Plenário, se for necessário.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, olha o que diz o art. 248: “Os Projetos devolvidos à Assembleia com veto total ou parcial do Governador serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, ao qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias”. Não aconteceu. Sessão suspensa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência decide. Solicito ao Deputado Nelson Justus que promova a reunião da CCJ enquanto **suspendo a Sessão momentaneamente**.

DEPUTADO NELSON JUSTUS (UNIÃO): Perfeitamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em tempo, anuncio o resultado da votação anterior. Por favor, conclua a votação anterior. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (16 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (33 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Goura, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura e Soldado Adriano José (5 Deputados).] Com 16 votos favoráveis e 33 votos contrários, **está rejeitado o Requerimento.**

Está suspensa a Sessão.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): **Está reaberta a Sessão.** Senhores Deputados, preciso responder à questão de ordem feita pelo Deputado Tadeu. Ela procede. Artigo 248, §1.º: “Transcorrido o prazo estipulado no *caput* deste artigo, o Projeto vetado será incluído na Ordem do Dia, tendo ou não pareceres exarados pela Comissão competente”. Portanto, o Veto já está incluído nesta pauta da Sessão Extraordinária e vamos fazer a inversão e submetê-lo à apreciação neste momento.

ITEM 5 – Discussão única do Veto n.º 12/2022, voto total ao Projeto de Lei n.º 150/2022, que altera a Lei n.º 9.320, de 11 de julho de 1990, que cria o município de Santa Maria do Oeste, desmembrando do município de Pitanga e divisas que especifica, e a Lei n.º 11.176, de 18 de setembro de 1995, que cria o município de

Boa Ventura de São Roque, com as divisas e confrontações que especifica. Em discussão o Veto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição, com todo o respeito ao regulamento, ao Regimento desta Casa, e pela importância do Projeto, a Oposição defende “sim” ao Projeto, mas vai encaminhar o voto “não”, para a derrubada do Veto. Então, a Oposição votará “não” e que esse Projeto é de interesse dos três municípios.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar...

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Homero.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Desde o primeiro ano de legislatura, temos analisado Projetos como esse, e tenho sustentado que era preciso fazer plebiscito para dividir ou alterar fronteiras entre municípios. O Governador decidiu no mesmo sentido, vetou o Projeto. Então, vou orientar a votar de acordo com o Veto, com certeza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como encaminha o Líder?

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Para encaminhar, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, por favor.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Presidente, na mesma linha do encaminhamento do Deputado Homero, também fiz esse mesmo questionamento já durante a CCJ. Entendo que tem que haver esse preenchimento de acordo com o que o Governo orienta. Também encaminho e votarei pela manutenção do Veto. Obrigado, Presidente.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como encaminha o Líder?

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Para encaminhar, Sr. Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, estamos liberando a Bancada.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente, para encaminhar. Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Delegado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Olha, a partir do momento em que há um acordo entre os municípios, que existe Projeto entre as Câmaras Municipais, esses representantes das Câmaras são representantes do povo. Já existe o plebiscito. Então, temos que concordar que já existe esse plebiscito e eu votar pela derrubada do Veto atendendo às Câmaras Municipais, que representam os munícipes.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, página 23 do Projeto: “Há entendimento entre as Câmaras homologado pelo acordo”. Portanto, não há mais o que discutir. Vamos à votação. Votando.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente. Quero encaminhar.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Para encaminhar, Deputado Marcio Nunes.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, permita-me encaminhar daqui mesmo. Senhor Presidente, é possível. A lei prevê, a Constituição prevê que em havendo acordo para fazer as novas divisas, acordos esses entre todos os municípios, que foram aprovados pelas Câmaras de Vereadores, tem valor legal. Já fizemos isso. Eu mesmo fui autor de uma lei especificamente que fez uma mudança na divisa entre Curitiba e Pinhais. É absolutamente constitucional, legal, não há nenhum problema se cumprido o rito previsto na lei e na Constituição. Quero pedir o voto “*não*” ao veto, porque efetivamente o veto neste caso contraria a lei. É isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, há um acordo feito pelo Instituto Água e Terra, que o Deputado Marcio foi Secretário, e homologado pelas duas Câmaras. Então, não há o que discutir mais. Está definido. Vamos ao voto.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, é claro que há o que discutir, tanto que o Governador vetou. A Constituição exige...

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Quero encaminhar. Quero encaminhar. Quero encaminhar, Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, não há mais o que encaminhar.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): A Bancada do PSD... A Bancada do PSD/MDB voto “não” para a derrubada do Veto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, votando. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Está liberada a Bancada do Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana, Luiz Fernando Guerra, Nelson Luersen, Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Bazana, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Homero Marchese, Marcel Micheletto e Marcio Pacheco (6 Deputados);* **Votaram Não:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Natan Sperafico, Nelson Justus, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (41 Deputados); Abstenção: Luiz Fernando Guerra e Tiago Amaral (2 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Goura, Luiz Carlos Martins, Nelson Luersen e Nereu Moura (5 Deputados).]* Com 6 votos favoráveis, 41 votos contrários e 2 abstenções, **está rejeitado o Veto n.º 12/2022.**

Agora, vamos à sequência da Ordem do Dia.

Requerimento n.º 3563/2022, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando destaque da Emenda da CCJ e votação em bloco das Emendas de Plenário sob n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5 apresentadas ao Projeto de Lei n.º 493/2022. Vamos submeter ao voto o destaque da emenda da CCJ, em bloco, das emendas de Plenário. Em discussão. Em votação.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “sim”. Liderança do Governo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão e Marcio Pacheco. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (13 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Goura, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco e Nereu Moura (5 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e 13 votos contrários, **está aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Vamos submeter ao voto a emenda da CCJ. Em discussão a emenda da CCJ.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente. Para encaminhar, Sr. Presidente. Deputado Tadeu.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, por favor. Quero que melhore o som aqui para os oradores, porque tenho dificuldades de ouvir. Deputado Tadeu, por favor.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, vamos encaminhar contrário porque essa emenda retira a possibilidade de a Copel ter 51% das ações com direito a voto, e é por isso que encaminhamos contrário. Falei ao Deputado Marcel, na CCJ, o Deputado Marcel está lembrado, foi dado parecer favorável a todas as emendas, a todas as emendas. Como as emendas viriam em bloco, entendíamos que todas as emendas teriam o mesmo tratamento. Não terão. Mesmo tendo sido na CCJ, há duas horas, dito que todas eram constitucionais, quando foram destacadas certamente não terão o mesmo tratamento. E justamente por isso é que estamos fazendo a nossa declaração de voto, o voto contrário a essa emenda que retira a possibilidade de a Copel ter os 51% das ações, porque entendemos que ou todas são constitucionais ou nenhuma é constitucional. Agora, na CCJ, há poucas horas, foi dito que todas eram constitucionais. Espero que se a indicação desta emenda for pela aprovação, que as outras, por uma questão de coerência, também sejam pela aprovação. Não sei se serão, mas certamente esperamos que o mínimo de coerência seja mantido. Por isso, o nosso voto é “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos à votação, Sr.^s Deputados. Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço o voto “sim” aos Deputados da Base. Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados. Deputados Bazana, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Guerra, Natan Sperafico e Tiago Amaral. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer,**

Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (12 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Goura, Luiz Carlos Martins e Nereu Moura (4 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e 12 votos contrários, está aprovada a Emenda.

Vamos submeter ao voto as emendas de Plenário. Em discussão as emendas de Plenário. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição encaminha voto “sim”. Vejam bem: essas emendas tiveram na CCJ a sua aprovação. Como que estamos discutindo aqui agora na constitucionalidade, aqui será indicado o mérito dele, voto “não”? É uma contradição muito grande. Então, a Oposição, que segue o Regimento, a Oposição que respeita a tramitação desta Casa, pede voto “sim” às emendas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede o voto “sim” aos Deputados... Voto “não”. Voto “não” aos Deputados. (Manifestações nas galerias.) Reconheço aqui o erro. Voto “não” aos Deputados da Base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendente o voto do Deputado Tadeu Veneri. Votação encerrada: [Votaram Sim: Arilson Chiorato, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio

Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tercílio Turini (12 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimaraes, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Goura, Luiz Carlos Martins e Nereu Moura (4 Deputados).] Com 12 votos favoráveis e 38 votos contrários, estão rejeitadas as emendas de Plenário.

ITEM 3 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 494/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 104/2022, que altera a Lei n.^º 11.580, de 14 de novembro de 1996, que trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para introduzir as modificações decorrentes da publicação da Emenda Constitucional n.^º 123, de 14 de julho de 2022, e da Lei Complementar Federal n.^º 194, de 23 de junho de 2022, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Regime de urgência. Em discussão o Projeto.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputada Cristina.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, esta semana tivemos realmente uma semana muito tumultuada com este pacote de Projetos do Governo do Estado em medida de urgência. E vieram assim realmente com muita surpresa projetos como a taxação do agronegócio, do

sistema de transporte, criação de 500 cargos, novas Secretarias, terceirização da segurança pública, privatização da Copel, as PPPs dos Hospitais Regionais, como Guarapuava, Telêmaco Borba e Ivaiporã, sem conversar com a população dos municípios, sem tentar entender qual é a demanda, qual é a vocação daquela região, simplesmente passando com um trator. Também tivemos o aumento de tributo das empresas paranaenses. O Paraná não aguenta mais pagar tantos tributos e vou falar sobre as indústrias de refrigerantes, de sucos, de águas engarrafadas, e desta alteração no tributo de 18% para 25%. Vejam, há quatro anos trabalho junto à Afebras para diminuir esse tributo, esse imposto de 18%, para que o Paraná tenha competitividade com outros Estados, como o nosso vizinho Santa Catarina, como Minas Gerais, como Goiás; quatro anos tentando explicar que as indústrias paranaenses estão indo para Santa Catarina, estão atravessando a ponte Rio Negro-Mafra, estão atravessando a rua Porto União-União da Vitória, aqui no nosso vizinho, que os tributos, que o imposto ICMS sobre esses refrigerantes é de 16%, 14%. Então, o que estamos pedindo é competitividade e em vez disso temos aumento de 25%, ou seja, impacto de 38,89%. A Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil fez uma simulação, Deputada Mabel, do que significa isso, o que significa essa taxação tributária. A tabela mostra, Deputado Tadeu, que para cada R\$ 1 milhões em faturamento das nossas empresas paranaenses, seriam R\$ 400 mil em impostos; segundo a Afebras, isso ocasionaria uma demissão em massa e o fechamento dessas indústrias paranaenses. Este aumento reflete também na substituição tributária, que absorve grande parte da capacidade de investimentos de capital de giro dessas pequenas empresas. Enquanto isso, as grandes empresas multinacionais do setor conseguem burlar esse impacto negativo porque têm benefícios fiscais, Deputado, eles possuem um mecanismo altamente eficaz, que é a Zona Franca de Manaus e lá não tem como as nossas pequenas empresas, Deputado Tercílio, competirem com os produtos fabricados lá na Zona Franca de Manaus, onde eles superfaturam os concentrados para refrigerantes em Manaus – prestem atenção –, repassando o crédito presumido de 12% para o Paraná. Então, eles estão recolhendo efetivamente somente 1,17, uma vez que possuem

uma redução de 90,25 nas operações interestaduais oriundas da Zona Franca de Manaus. Além disso, as multinacionais do setor possuem juntas, como Coca-Cola e Ambev, no Estado do Paraná, benefícios fiscais, onde podemos citar, por exemplo, o crédito presumido de 75% do ICMS destacado. São, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, os produtores, os fabricantes regionais que sofrerão fortemente com este impacto. Importante lembrar também que a Ambev, Deputada Mabel e Deputado Plauto, a Ambev, em Ponta Grossa, emprega 400 funcionários, enquanto as nossas fábricas genuinamente paranaenses empregam mais de 10 mil funcionários, gerando emprego, renda e tributos para o nosso Estado. São 163 empresas ligadas ao setor de bebidas do Paraná, segundo a Data Sebrae. Se aprovarmos esta taxação, as nossas fábricas vão fechar, vão fechar as suas portas ou escolher o nosso vizinho Estado de Santa Catarina, causando grande prejuízo para o nosso Estado do Paraná. Então, peço que o Governo do Estado, que a Secretaria da Fazenda pense no prejuízo que estará trazendo para o nosso Estado com estas medidas. Muito obrigada.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para encaminhar também, Presidente.

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): E o meu voto é “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Olha, se puder...

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): É rapidinho, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sim. Pois não, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): De forma bem objetiva, seguindo o que a Deputada Cristina já falou, esta semana tivemos votações importantes que afetavam inúmeros setores, defendemos aqui, Deputada Cristina, o setor do agro e agora, infelizmente, tem uma nova taxação aí contra as nossas indústrias, que geram empregos, que geram renda, que tornam o Estado do Paraná competitivo

de fato. Então, o PSDB, mais uma vez, fechou questão de ordem e votará contra o aumento do ICMS.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, se puder contribuir com esta votação, até para que vocês tomem conhecimento, no dia de ontem, anteontem, diretores de todas as indústrias de refrigerantes, Coca-Cola e Ambev, procuraram-nos para uma conversa sobre este tema. Liguei ao Governador relatando a ele a pretensão, que eles gostariam que adiasse a votação para entrar em um processo de negociação com a Secretaria da Fazenda. O Governador ligou ao Secretário e o Secretário recebeu o segmento ontem, ao meio-dia, e construíram um entendimento entre os fabricantes e o Secretário da Fazenda. Portanto, vamos votar em primeira, em segunda o Projeto receberá várias emendas - tem uma do Deputado Romanelli, quero crer que deva ter da Liderança do Governo, para alinhar esse assunto, porque já há o entendimento construído com a Secretaria da Fazenda.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Essa era a orientação que queria dar. Deputado Homero, por favor.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^o Deputados, população que nos assiste, bom dia. Tenho como filosofia política a defesa de um Estado pequeno, leve, enxuto, que cobre menos tributo possível e deixe na mão das pessoas a riqueza, porque ninguém melhor do que as próprias pessoas, as empresas para decidirem o que é melhor para elas. Então, toda vez, por exemplo, toda vez que vejo o sindicalista parasita que ganha 22 salários por ano e abono anual à custa do povo paranaense gritando, sou contrário a isso. (Manifestações nas galerias.) Sindicalista parasita vai trabalhar. Vai trabalhar. Vai aprender a trabalhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, as galerias. Galerias, peço respeito ao orador. (Manifestações nas galerias.) Olhem aqui, por favor. Galerias, peço a compreensão. Por favor, gente! Por favor, deixem o orador se pronunciar. Se continuar assim, vou ter que tomar as providências. Quero fazer aqui, Deputado Requião, vou fazer uma fala não no sentido de repreendê-lo. Por favor, ouçam. Muitos Deputados vieram até a Presidência, acho que Vossa Excelência acabou se excedendo na sua fala quando acabou atingindo todos os Parlamentares. (Manifestação nas galerias.) Tenho a compreensão que Vossa Excelência tem a grandeza de entender isso. Portanto, faço esta fala pedindo até para que retiremos das notas taquigráficas, porque os Deputados sentiram-se ofendidos quando Vossa Excelência afirmou que era uma *cachorrada* que seguia o *cachorro* do Governador. Não posso admitir isso e tenho certeza de que Vossa Excelência vai entender esse apelo. Ok? Deputado Homero, por favor.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, alguém nesta Casa tem que representar a população, aquela que não tem estabilidade no cargo, que acorda cedo, corre risco o dia inteiro para pagar as contas e tem que pagar o sistema, o Estado perdulário, gastador, corrupto e ineficiente. Vou atender a essa população. Veja só, Sr. Presidente. Veja só, Sr. Presidente. O meu pai morreu quando tinha 13 anos. Não entrei na política por causa do meu papai. Não. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Galerias, galerias, por favor, respeito. Vou solicitar que vocês deixem o Plenário, se continuarem assim. Vou tomar as providências. Vou solicitar, sim, vou ser o primeiro, por favor. Por favor, venha aqui a nossa equipe de segurança. Aqui vai ter que ter respeito. Por favor, venha aqui a equipe de segurança, porque vou tomar as providências. (Manifestações nas galerias.) Ou vocês permanecem aqui respeitando, com o devido respeito... Oh, meu amigo que está de máscara! Sei que Vossa Excelência é um homem educado, é um homem educado. Então, respeitem. Respeitem a opinião. Aqui a Casa é plural, todo mundo tem o direito. Ok? Vamos lá, Deputado Homero, por favor.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, o meu pai faleceu e eu tinha 13 anos. Não entrei na política por causa do meu papai. O meu papai, por estar morto, não está esperando um cargo de 60 mil em Itaipu, para assumir. Minha mãe não foi funcionária comissionada e nem meus filhos foram comissionados, estavam trabalhando, correndo risco para pagar as contas. Minha mãe ficou com a empresa fechada dois anos na pandemia. Não vou ficar ouvindo desaforo. Ouvi alguém antes da Sessão dizer... (Manifestações nas galerias.)

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente? Presidente? Presidente, questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, Deputado Arilson. Por favor, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Vossa Excelência corrigiu o Deputado Lemos porque fugiu do tema, o que tem a ver isso com o tema, com o que o Deputado Homero está falando? Não tem nada a ver.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): É a conjuntura, Deputado. É a conjuntura. É a conjuntura, Sr. Presidente. É a conjuntura política.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, concordo com Vossa Excelência. Deputado Homero, por favor, atenha-se ao tema.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Presidente, vou utilizar as palavras do Arilson. É a conjuntura política do Brasil. Estamos tratando de um modelo de administração aqui. No começo da Sessão e toda vez que vim discutir esse assunto, estava muito dividido, porque é um assunto difícil e delicado. Mas toda vez que vi esse povo se manifestar, tinha a certeza de que tinha que votar a favor, porque é impressionante. (Manifestações nas galerias.) Agora, Sr. Presidente, ouvi antes da Sessão alguém dizer: *Passe em um concurso público.* Passei em quatro, meu amigo. Era para estar ganhando R\$ 35 mil do Tribunal de Contas.

Mas não vou abaixar a cabeça para corrupto e desonesto, como vocês fizeram. Então, *baixem a bola!* Sindicalista parasita vai trabalhar. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, galerias.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Sou brasileiro, Sr. Presidente. Bato no peito, sou paranaense, vou trabalhar, vou correr risco, vou alimentar a minha família. O Estado pequeno, Sr. Presidente, o Estado pequeno não suporta mais aumento de tributo. Esse Projeto que estamos votando aumenta a alíquota base de ICMS, a alíquota base e aumento de ICMS. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou suspender por instantes a Sessão. Vou suspender a Sessão por instantes, até que as galerias permitam que o Deputado fale. Gente, vocês estão aqui de forma respeitosa, ouviram os Deputados da Oposição... (Manifestações nas galerias.) Querida, querida, por favor! Vocês todos são pessoas exemplares e educadas. Estamos aqui a recebê-los de forma muito democrática. Então, deixem o Deputado concluir a fala dele, por favor.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): *Fala, Tino!* Sentiu? Sentiu, sentiu! Senhor Presidente, não podemos mais aumentar tributo no Paraná. Esse Projeto aumenta a alíquota base de ICMS, aumenta o ICMS para vários itens. Acho que o Estado tem que fazer mais por menos. Votei contra todos os Projetos de concessão de privilégio e benefício, nesses últimos quatro anos nesta Casa, para qualquer dos Poderes, inclusive, para esta Assembleia. Vocês são todas testemunhas disso. Precisamos privilegiar quem precisa ser privilegiado, que é o paranaense que paga essa máquina e não aguenta mais pagar tributo. Então, o meu voto é contra o Projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos à votação. Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço o voto “sim” aos Deputados da Base.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição encaminha voto “não” ao aumento de ICMS do povo paranaense.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço aos Deputados da Base, voto “sim”.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, questão de ordem. É só um minutinho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Oi, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vou pedir que a fala do Deputado Requião não seja retirada das notas taquigráficas, que encaminhe para nós e vamos encaminhar para o nosso jurídico. Tem que ser feito justiça aqui. Obrigado. (Manifestações nas galerias.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Anibelli, Cristina, Jacovós, Evandro Araújo e Plauto Miró. Deputado Jacovós, o seu voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião**

*Medeiros (35 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (12 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Del. Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Goura, Nereu Moura e Plauto Miró (7 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e 12 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 494/2022.***

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 497/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 108/2022, que dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Fianças e Tributação. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar antes o Projeto, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado, para encaminhar o Projeto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, atendo-se à questão constitucional, o Projeto de Lei 497/2022 visa alterar a organização administrativa do Poder Executivo, criando Secretarias, órgãos e entidades da administração indireta. Serão criados 536 cargos para atender a nove Secretarias, que também estão sendo criadas no Projeto de Lei. Serão extintos o Paraná-Turismo, o Paraná-Edificações e a Rádio e Televisão Educativa do Paraná, aos quais serão incorporadas a Secretaria de Serviços Sociais Autônomos. Esse dispêndio vai custar por mês ao Paraná R\$ 92 milhões, 993 mil, 623,98. Em razão de estarem ausentes no corpo do Projeto os requisitos orçamentários financeiros e a incorporação em extinção, o organograma e fatos que obrigam a lei de responsabilidade fiscal n.º 101/2002, não tem constitucionalidade pertinente e a Oposição votará “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados, votando. Como encaminha o voto o Líder do Governo?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Não consigo ver tanta hipocrisia. O Governo Federal aumentando Ministérios, aumentando cargos. Peço voto “sim” aos Deputados da Base.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado Micheletto já reconhece que o Lula administra o País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos lá, Sr.^s Deputados. Ainda muitos Deputados sem votar.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço aos Deputados da Base o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Cristina, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Luiz Carlos Martins, Romanelli, Requião e Tiago Amaral.

DEPUTADO LUIZ CARLOS MARTINS (PP): Senhor Presidente, estou com um probleminha na máquina, o meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado. Estou encerrando a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Natan Sperafico, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichenbach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (38 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Coronel Lee, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Mabel**

*Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Professor Lemos e Tadeu Veneri (9 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Goura, Luiz Carlos Martins, Nereu Moura e Requião Filho (7 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e 9 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 497/2022. Trinta e nove “sim”, com o voto do Deputado Luiz Carlos Martins, e 9 “não”. Está aprovado o Projeto.*

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.^ºs 3564 a 3571/2022, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Antenor de Bastos; Celso de Oliveira; Dalsanto de Lima; Gercino Gorchacoski Pinto; Miguel Rodrigues Antunes; Maria Eli de Jesus Gonçalves; Nataica Alves de Almeida; e Olivia de Souza; **Requerimentos n.^ºs 3572 a 3582 e 3584/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de menções honrosas: ao Círculo de Oração Âncora da Fé; ao Evangelista Antonei Carlos Veloso; ao Evangelista Jonas de Paula Pinto; ao Pastor José Leocádio dos Santos; ao Pastor Elias Rodrigues dos Santos; ao Evangelista Joel Cândido; ao Diácono Edson Inácio dos Santos; à Congregação Ponta do Caju; à Congregação Rio das Pedras; à Congregação Posto Fiscal; à Congregação Alexandra; e ao município de Rio Negro; **Requerimento n.^º 3583/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando o envio de expediente Diretor-Geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre, requerendo informações sobre a nova concessão da malha rodoviária do Estado do Paraná, prevista para ainda este ano; **Requerimento n.^º 3585/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando moção de louvor e aplausos aos alunos ubiratenses Gabriel Cezar Luiz Rigolin, Gian Gabriel Lucca e Luiz Estevão Guedes, pela conquista da medalha de prata na Olímpiadas GeoBrasil, 2022; **Requerimento n.^º 3587/2022**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao empresário Sr. Rafael Ghesti Abage.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 3586/2022, do Deputado Luiz Fernando Guerra, Líder do Partido União Brasil, requerendo a indicação do Deputado Mauro Moraes para compor a vaga do Partido União Brasil na Comissão Especial que analisará a Proposta de Emenda à Constituição n.º 3/2022; **Requerimento n.º 3588/2022**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando a autorização para se ausentar do país no período de 25 de novembro a 3 de dezembro de 2022, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente **Sessão Extraordinária**, marcando uma outra na sequência, com a seguinte **Ordem do Dia**: 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 493/2022; e 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 494/2022 e 497/2022.

Peço aos Sr.º Deputados que registrem a presença e vamos iniciar a segunda Extraordinária. Antes de iniciarmos a segunda Extraordinária, como Presidente da Casa e sudoestino que sou, em nome de todos os Deputados e da Mesa Executiva, gostaria de fazer aqui um registro de nota de pesar pelo falecimento de um dos maiores empresários do Estado do Paraná, sudoestino de Pato Branco, proprietário da empresa Atlas, de fogões, Cláudio Petrycoski. Um homem que tinha um coração generoso, fazia um trabalho social extraordinário, fantástico, reconhecido praticamente em todo o Estado, em todo o Brasil. Ontem à noite teve um súbito na Bahia e acabou falecendo. Então aqui ficam, em nome do Poder Legislativo, as condolências à família Petrycoski. Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, inclusive por deferência do Deputado Guto Silva.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 10h35, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)